

**1º Seminário de Preservação Comum de Patrimônio Digital**  
(19-20 Setembro 2013)

**Conclusões**

- Denota-se haver confusão entre os processos de identificação e seleção. Embora haja um acordo sobre a existência das duas etapas. Uma primeira em que o objeto patrimonial é identificado e uma segunda em que esse universo é alvo de seleção. Na prática para haver um esbatimento das fronteiras que leva as pessoas a considerar a identificação e seleção como processos intermutáveis.
- O reconhecimento e portanto a identificação das características que permitem enquadrar inequivocamente um objeto no universo patrimonial é um processo difícil e subjetivo para o qual deveria haver estruturas de referência.
- Para selecionar o objeto patrimonial que se vai preservar é necessário considerar para além de outros fatores, a capacidade tecnológica necessária para conseguir a sua preservação efetiva. Há portanto uma nova noção que a adicionar a fatores tradicionais a necessidade de prática de “se ser capaz de preservar “.
- A fiabilidade do objeto digital e a capacidade de a manter ao longo do tempo é uma condição essencial que deve acompanhar o objeto patrimonial.
- A usabilidade é um fator essencial do objeto patrimonial que deve ser salvaguardado. A falta de capacidade de a garantir pode ser um fator exclusivo do objeto enquanto património preservável.
- Problema da “intangibilidade” do objeto digital, Não se consegue aprender exatamente a delimitação, densidade d contornos do objeto. Por exemplo, em bases de dados normalmente apercebemo-nos dos produtos discretos gerados a partir das bases de dados mas os dados e respetiva relações que a base contém.
- Há uma clara diferença entre guardar e preservar. A segunda é dinâmica enquanto a segunda é estática e, por si só, não viabiliza a salvaguarda e usabilidade da informação no futuro.
- Há uma maior preocupação pelo serviço prestado e a sua qualidade do que propriamente por aspetos tecnológicos. As pessoas preferem optar pela contratualização de serviços que pelo desenvolvimento e manutenção própria de sistemas necessariamente complexos.
- As representações digitais enquanto substitutos do objeto patrimonial original devem ser consideradas igualmente objetos patrimoniais pois são a única forma de usar e aceder ao objeto original
- Apesar de se reconhecer que existem especificidades sectoriais, reconheceu-se também que a maior parte dos problemas são comuns e passíveis de ter soluções partilháveis, pelo que se afigura desejável congregar esforços a um nível nacional e não apenas sectorial.
- As razões que motivam os participantes na sessão a desejar e aderir a um projeto cooperativo transversal são de três ordens: criar massa crítica para gerar conhecimento,

criar economia de escala para diminuir os custos da preservação digital, ganhar visibilidade e força para captar interesse político e garantir ação continuada.

- Uma das condições de sucesso de um projeto cooperativo neste domínio - ou noutro - é a existência de uma entidade que funcione como 'motor', agregando preocupações, promovendo e organizando o trabalho cooperativo.
- A inexistência, em Portugal, uma forte cultura de cooperação, a ausência de mandatos claros para endereçar o problema da preservação digital e, ainda, o facto de, em muitos sectores, não existir mais que uma sensibilidade residual para o problema, são aspetos que dificultam a criação e, sobretudo, a eficácia de uma rede cooperativa para a preservação do património digital.
- A rede deve envolver um leque tão amplo quanto possível de entidades singulares e coletivas, públicas e privadas - nenhum interessado deve ser excluído de participar ativamente na rede. Foi destacado, como especialmente crítico para o sucesso da rede, a participação de todas as entidades públicas com responsabilidades patrimoniais, administrações produtoras, editores, universidades/centros de investigação, fornecedores/desenvolvedores de tecnologias da informação, fornecedores de serviços na área da gestão de informação e, ainda, entidades com capacidade de análise e intervenção na área jurídica.
- Considerando a dimensão e diversidade do universo de potenciais interessados, bem como a diversidade de questões que é necessário endereçar, no quadro da preservação digital, a opção mais adequada parece ser por um modelo distribuído, eventualmente tirando partido de outras redes já implantadas.
- A rede deverá orientar-se, numa primeira fase, à criação de conhecimento, ou seja, deverá focalizar-se em atividades de estudo e investigação; há, porém, a expectativa de que, num segundo momento, se possa desenvolver serviços tais como alojamento de informação ou gestão das ações de preservação.
- Como ações prioritárias a desenvolver no quadro da rede, foi destacado:
  - Diagnóstico à situação de produção e acumulação de património digital;
  - Sensibilização, promoção e marketing para a preservação digital;
  - Detalhe de objetivos e definição do modelo de rede (nas várias vertentes) mais adequado aos propósitos que vierem a ser enunciados;
  - Definição de modelo económico de sustentabilidade da preservação digital;
  - Elaboração de normativos (legislação, normas, orientações, boas práticas) que enderecem as matérias sobre as quais se considere mais crítico haver coordenação transversal;
  - Desenvolvimento de ferramentas e infraestruturas tecnológicas.
- Considerou-se que a criação de uma rede transversal a vários domínios, orientada à preservação do património digital, será um processo difícil mas necessário.
- Foi manifestado interesse em que se aproveitassem as vontades reunidas neste seminário para iniciar de imediato a criação de grupos de discussão informais com o propósito, nomeadamente, de aprofundar a reflexão sobre o tema desta sessão e, em consequência, definir uma visão da rede e uma estratégia para a sua implantação.

- Foi manifestada a necessidade de aumentar os níveis de sensibilidade e conhecimento dos políticos e da sociedade para o tema da preservação digital, em geral. Podem ser utilizadas várias estratégias para este efeito, incluindo a de sublinhar os riscos de perda de informação organizacional/societal.
- Destacou-se a necessidade da legislação e as políticas públicas no domínio da preservação digital devem ter sustentabilidade e não depender dos ciclos políticos.
- A existência de sistemas de arquivo bem definidos de acordo com a NP 4438 (bem como sistemas eletrónicos de gestão de arquivo, estabelecidos em consonância com normativos internacionais como os requisitos do MOREQ 2010 ou a ISO 16363:2012) foi considerado um fator particularmente favorável a uma política de preservação digital bem sucedida.
- Nesse contexto, cada entidade deve definir uma política de preservação digital, em articulação com as suas políticas noutros domínios da gestão da informação (ex.: avaliação, comunicação, etc.). Neste âmbito foram reconhecidos vários normativos que podem ser úteis para este fim (ISO 14721:2003, ISO/IEC 27000:2012)
- Foram referidas como hipóteses de gestão de património digital um modelo centralizado ou descentralizado, não tendo havido posições taxativas optando por um ou por outro. A possibilidade da custódia do património digital ser atribuída a entidades privadas, nomeadamente através de soluções de cloud computing, foi considerada problemática.
- Foi considerado como necessário criar legislação e políticas públicas específicas para a área que considerem nomeadamente existência de requisitos obrigatórios para a gestão e preservação de património digital.
- Salientou-se a urgente necessidade de existir formação específica na área da preservação digital.